

DÍVIDA EXTERNA

Japão critica generosidade americana

Governo de Tóquio acusa Bush de não cumprir a estratégia do Plano Brady

PAULO FRANCIS

NOVA YORK — Os Estados Unidos vão perdoar US\$ 7 bilhões que o Egito deve a Washington, dívida oficial. É o pagamento claro pela colaboração de Hosni Mubarak na guerra contra Saddam Hussein. E Bush também anunciou que vai perdoar 70% dos US\$ 3,8 bilhões que a Polônia deve ao governo dos EUA e pressiona aliados para que perdoem a Polônia por metade dos US\$ 33 bilhões devidos pelo Estado polonês. Isto é visto como outra forma de pagamento pela disposição proclamada de Lech Walesa de privatizar tudo na economia polonesa.

O perdão é por assim dizer. O contribuinte dos EUA pagará, em im-

postos, por esta largueza de Bush. Nem ficará sabendo como é tosquiado. Bush pode contar com a convivência do Congresso para cozinhar a contabilidade.

Mas há os efeitos colaterais. Uma grande parte dos países do Terceiro e Quarto Mundos deve bilhões e mais bilhões, cerca de US\$ 1 trilhão, segundo o Banco Mundial, a países do Primeiro Mundo. E, como o Brasil, raramente pagam em dia, e os que pagam se limitam a cobrir parte dos juros acumulados pelos credores, criando sérios tremores no sistema bancário mundial. Sem falar de estagnação econômica e miséria.

O *The New York Times* deu de primeira página domingo a fúria do Japão com a generosidade dos EUA. O Japão tem um vasto programa de empréstimos oficiais, com US\$ 6,5 bilhões previstos para 1991. O *Times* informa sem maiores fontes que o programa será diminuído. O Japão, como a Europa Ocidental, favorece a

ortodoxia econômica. São os EUA, acusados por nêscios de ortodoxos, como parte de uma superada propaganda comunista, que frequentemente quebram as regras do jogo, favorecendo amigos e clientes.

Os japoneses acusam Bush de não cumprir o seu próprio Plano Brady, que permite que países com economias modernizadas possam comprar suas dívidas pelos preços aviltados do mercado subsidiário, isto é, das dívidas convertidas em títulos ao portador. A dívida brasileira, por exemplo, segundo o Salomon Brothers, ontem, vendia a 27% do valor. E não tinha havido compradores durante o dia inteiro...

Os apertos brasileiros não têm saída, pela atual estratégia do governo. O Brasil conseguiu promessa de pagar a prestação um percentual dos juros atrasados em 1990 e o mesmo percentual para 1991. Promessa ainda por ser aprovada pela maioria dos credores.

Tais pagamentos, como fonte de crédito ou sequer de entrada no mercado de capitais, são inúteis, porque não há hipótese de que os banqueiros particulares estendam um vintém de dinheiro novo ao Brasil, e o crédito oficial, ou multilateral, depende, em primeiro lugar, de que adirmos ao Plano Brady, ou seja, privatizando nossa economia, e que façamos um acordo com o FMI, o que significa, em última análise, também a privatização da economia, porque a expansão da base monetária do Brasil está prevista oficialmente em 95% para 1991, o que deve gerar considerável inflação e é inaceitável pelo FMI.

Mas, agora, com o exemplo de Egito e Polônia, o governo brasileiro pode pleitear perdão para US\$ 50 bilhões, pelo menos, de débitos ao Clube de Paris e multilaterais. Em matéria de corrupção, somos amadores perto da camarilha de Hosni Mubarak do Egito, e em matéria de incompetência os poloneses são historicamente imbatíveis.

Senado quer garantias para as reservas

Divida Externa

18 ABR 1991

GAZETA MERCANTIL

Cont
Rep 435

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

A garantia de que o nível mínimo de reservas internacionais será preservado com o pagamento do acordo dos atrasados neste ano foi o principal ponto levantado ontem pelos senadores que questionaram o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, na comissão de economia do Senado Federal.

Da avaliação da comissão depende o encaminhamento ou não dos termos do acordo para o plenário do Senado Federal, cuja aprovação é básica para a validade do entendimento de princípio negociado com os bancos credores. O governo prevê neste ano, até dezembro, o desembolso de US\$ 3,2 bilhões em juros aos bancos credores privados, sendo US\$ 2 bilhões de pagamentos acertados no acordo dos atrasados e mais US\$ 1,2 bilhão referente aos 30% de juros do setor público, vencidos a partir de janeiro.

Ibrahim Eris procurou provar ao senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) que haverá divisas externas suficientes para enfrentar aqueles compromissos. A preocupação de Coutinho em saber como seria financiada a parcela dos juros a ser paga neste ano também foi manifestada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), lembrando que a comissão vai analisar os termos do acordo dos atrasados a partir dos parâmetros fixados para a renegociação da dívida externa, pela Resolução 82, aprovada em 1990.

Ao argumentar que o desembolso estimado em US\$ 3,2 bilhões não estará comprometendo o limite de quatro meses de importação imposto pela Resolução 82, Ibrahim Eris previu até a existência de folga

neste ano na medida em que o saldo da balança comercial tende a ficar acima de US\$ 13 bilhões, valor que supera os US\$ 11,027 bilhões contabilizados no ano passado.

Aquela resolução estipula que seja obedecido o conceito da capacidade de pagamento (diferença entre receitas e despesas da administração pública federal direta e indireta, excluindo-se as receitas com privatização) e, ainda, o limite de quatro meses de importação, considerando a medida das importações observadas nos doze meses imediatamente anteriores à data da sua publicação.

(Continua na página 30)

O Banco Central decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão tomada pelo Tribunal Regional Federal em São Paulo, que há dez dias declarou inconstitucional o bloqueio de cruzados novos decretado em março do ano passado pelo Plano Collor. O departamento jurídico da autarquia está estudando os argumentos jurídicos que irá apresentar.

(Ver página 45)